



**SECRETARIA EXECUTIVA  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO**

**PORTARIA Nº 159, DE 10 DE JUNHO 2009**

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução nº 282, de 26 de junho de 2008, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, e na Portaria nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, bem como o que consta do Processo Administrativo nº 80001.018175/2009-49, resolve:

Art. 1º Credenciar, em caráter excepcional e precário, pelo prazo de 01 (um) ano, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do art. 23 da Portaria nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do DENATRAN, a pessoa jurídica ODORIZZI & COSTA VISTORIA AUTOMOTIVA LTDA - ME, CNPJ - 10.774.541/0001-20, situada no Município de Cândido Mota - SP, na Rua Antonio da Silva Vieira, 563 - Centro, CEP 19.880-000, para atuar como Empresa Credenciada em Vistoria de Veículos - ECV nos Municípios de Cândido Mota, Cruzália, Tarumã, Florinea e Pedrinhas Paulista no Estado de São Paulo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALFREDO PERES DA SILVA

**CONSELHO CURADOR DO FUNDO  
DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

**RESOLUÇÃO Nº 141, DE 10 DE JUNHO DE 2009**

Regulamenta a utilização de recursos da União previstos no Art. 17 da MP nº 459, de 25 de março de 2009, e no Art. 16 do Decreto nº 6.819 de 13 de abril de 2009, criando o Programa Habitacional Popular - Entidades - Minha Casa, Minha Vida voltado ao atendimento das necessidades habitacionais de famílias de baixa renda, organizadas em cooperativas habitacionais ou mistas, associações e demais entidades privadas sem fins lucrativos.

O PRESIDENTE DO CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - FDS, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 22 da Resolução nº 86, de 23 de dezembro de 2002, do Conselho Curador do Fundo de Desenvolvimento Social, e com base nos incisos I, II e III, do artigo 6º da Lei nº 8.677, de 13 de julho de 1993, e,

considerando o aporte de recursos da União previsto no Art. 17 da MP nº 459, de 25 de março de 2009, e no Art. 16 do Decreto nº 6.819, de 13 de abril de 2009, no âmbito do Programa do Governo Federal "Minha Casa, Minha Vida",

considerando que o acesso à moradia regular é condição básica para que as famílias de baixa renda possam superar suas vulnerabilidades sociais e alcançar sua efetiva inclusão na sociedade brasileira, e que o acesso ao financiamento habitacional para estas famílias que não têm capacidade de poupança exige condições especiais e subsidiadas, e,

considerando que os estímulos ao regime de cooperativismo habitacional e ao princípio de ajuda mútua são formas de garantir a participação da população como protagonista na solução dos seus problemas habitacionais comuns dentro das necessidades e características dos usos e costumes locais, ad referendum do Conselho Curador do Fundo de Desenvolvimento Social, resolve:

1 Criar o Programa Habitacional Popular - Entidades - Minha Casa, Minha Vida, para aplicação dos recursos destinados ao Fundo de Desenvolvimento Social - FDS definidos no Art. 17, da MP nº 459, de 25 de março de 2009, e no Art. 16 do Decreto nº 6.819, de 13 de abril de 2009.

**2 OBJETIVO**

O Programa Habitacional Popular - Entidades - Minha Casa, Minha Vida objetiva tornar acessível a moradia para a população cuja renda familiar mensal bruta não ultrapasse R\$ 1.395,00 (hum mil trezentos e noventa e cinco reais), organizadas em cooperativas habitacionais ou mistas, associações e demais entidades privadas sem fins lucrativos, visando a produção e aquisição de novas habitações.

**3 FORMA DE ATENDIMENTO**

O Programa Habitacional Popular - Entidades - Minha Casa, Minha Vida atenderá às pessoas físicas por meio de concessão de financiamento com desconto variável de acordo com a sua capacidade de pagamento, sujeitos ao pagamento de prestações mensais, correspondentes a 10% da renda familiar mensal bruta ou R\$ 50,00 (cinquenta reais), o que for maior, pelo prazo de 10 anos.

**4 PÚBLICO ALVO**

Pessoas físicas cujo renda familiar mensal bruta não ultrapasse a R\$ 1.395,00, independentemente da idade do beneficiário e desde que possuam capacidade civil nos termos da Lei.

4.1 É vedada a concessão de financiamentos com recursos do FDS a beneficiários que:

a) detenham em qualquer parte do país, outro financiamento imobiliário ativo;

b) sejam proprietários ou promitentes compradores de imóvel residencial em qualquer parte do país;

c) tenham recebido a qualquer época, subsídios diretos ou indiretos com recursos orçamentários da União e/ou dos Fundos Habitacionais FAR, FDS, FGTS e FNHIS para aquisição de moradia, e

d) tenham recebido a qualquer época, lote oriundo de programas habitacionais, salvo se a modalidade requerida for para edificação no mesmo.

**5 ÁREA DE ATUAÇÃO**

Áreas urbanas localizadas no território nacional, observados os requisitos que serão regulamentados pelo Gestor da aplicação dos recursos do FDS.

**6 PARTICIPANTES E PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES**

a) Ministério das Cidades - MCidades, na qualidade de Gestor da Aplicação dos recursos do FDS;

b) Caixa Econômica Federal - na qualidade de Agente Operador do FDS;

c) Caixa Econômica Federal - na qualidade de instituição credenciada pelo Banco Central do Brasil - BACEN para atuar como Agente Financeiro;

d) Cooperativas habitacionais ou mistas, associações e demais entidades privadas sem fins lucrativos, denominadas Entidade Organizadora - EO, na qualidade de fomentadores/facilitadores dos empreendimentos, com atribuições de congregar, organizar e apoiar famílias no desenvolvimento de cada uma das etapas dos projetos voltados para a solução dos seus problemas habitacionais, e ainda, responsáveis pela assistência necessária à realização das obras e serviços em conjunto com os beneficiários;

e) Beneficiários, pessoas físicas com renda familiar bruta mensal de até R\$ 1.395,00, na qualidade de responsáveis pelo cumprimento das obrigações inerentes à obtenção do financiamento e das atribuições definidas neste programa;

f) Estados, municípios, Distrito Federal, Companhias de Habitação Popular - COHAB's e assemelhados, na qualidade de Agente Fomentador, parceiro, ou facilitador dos empreendimentos, com relação a terreno, infraestrutura, licenciamentos, assistência técnica, e organização de demanda;

g) Empresas do setor de construção civil, na qualidade de Agentes Executores das obras e serviços quando contratadas pelas entidades; e

h) Outros órgãos ou entidades, que a critério da Entidade Organizadora, participem da realização dos objetivos dos projetos.

**7 MODALIDADES OPERACIONAIS**

a) aquisição de terreno e construção;

b) construção em terreno próprio ou de terceiros, e

c) aquisição de imóvel novo produzido no âmbito deste programa ou para requalificação.

7.1 O Gestor da Aplicação dos recursos do FDS, regulamentará estas modalidades operacionais e outras julgadas pertinentes.

**8 REGIMES DE CONSTRUÇÃO**

A forma de execução das obras é de livre escolha dos beneficiários contratantes dos financiamentos, sempre supervisionadas por assistência técnica especializada, sob gestão da Entidade Organizadora em conjunto com os beneficiários, adotando-se uma das seguintes alternativas:

a) autoconstrução;

b) sistema de auto-ajuda ou mútuo;

c) administração direta e autogestão, e

d) empreitada global.

**9 CONDIÇÕES OPERACIONAIS GERAIS**

**9.1 COMPOSIÇÃO DO INVESTIMENTO**

Os itens que compõem o valor do investimento serão definidos e regulamentados pelo Gestor da Aplicação dos recursos do FDS, em consonância com as modalidades previstas para o Programa e o regime de construção adotado para produção das unidades habitacionais.

**9.2 LIMITES OPERACIONAIS**

Na elaboração dos projetos de intervenção devem ser observados os seguintes limites, para fins de enquadramento no Programa:

9.2.1 Quantidade de unidades do projeto de até 50 unidades habitacionais, admitindo-se sua ampliação até 200 unidades habitacionais.

9.2.2 O Gestor da Aplicação dos recursos do FDS poderá autorizar a ampliação da quantidade de unidades em até 10% dos limites estabelecidos.

9.2.3 Valor da operação no máximo de R\$ 52.000,00 (cinquenta e dois mil reais), composto de financiamento e desconto concedido, a serem regulamentados pelo Gestor da Aplicação dos recursos do FDS.

9.2.4 Os limites por tipologia, regime construtivo e outros, serão definidos pelo Gestor da Aplicação dos recursos do FDS.

9.2.5 Os recursos orçamentários serão distribuídos tendo como referência o déficit habitacional absoluto de cada estado da Federação.

**9.3 INSTRUÇÃO DOS PEDIDOS DE CRÉDITO**

O Gestor da Aplicação dos recursos do FDS regulamentará os requisitos a serem satisfeitos pela Entidade Organizadora no processo de habilitação, bem como os critérios para seleção e priorização dos projetos.

9.4 CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO E REPASSE ENTRE O AGENTE OPERADOR E O AGENTE FINANCEIRO

Será realizado Contrato de Abertura de Crédito e Repasse, entre o Agente Operador e o Agente Financeiro, para aporte dos recursos destinados à concessão do financiamento e do desconto ao beneficiário final em nome do FDS.

9.4.1 As condições do contrato de repasse serão definidas pelo Agente Operador, em consonância com os critérios definidos no Programa.

9.4.2 O valor a ser desembolsado pelo FDS será composto de financiamento e desconto variável, de acordo com a capacidade de pagamento do beneficiário final.

**10 CONDIÇÕES DE RETORNO DOS RECURSOS AO FDS**

O Agente Financeiro retornará ao FDS as prestações mensais pagas pelos beneficiários contratantes dos financiamentos.

10.1 O retorno dos recursos da União creditados ao FDS e pagos pelos beneficiários, passarão a compor conta específica, remunerada pela Taxa Média do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC.

**11 CONDIÇÕES DOS FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS AOS BENEFICIÁRIOS PELO AGENTE FINANCEIRO**

O financiamento concedido ao beneficiário será formalizado observando-se as seguintes condições básicas:

a) VALOR DO INVESTIMENTO: corresponde aos custos diretos e indiretos necessários à produção da unidade habitacional, composto pelo somatório do Valor de Financiamento, Valor do Desconto e do Valor da Contrapartida ou Recursos Próprios;

b) VALOR DA OPERAÇÃO: corresponde ao somatório do Valor de Financiamento e do Valor de Desconto concedido ao beneficiário;

c) VALOR DO FINANCIAMENTO: valor calculado em função da prestação mensal, e do prazo de amortização;

d) VALOR DA CONTRAPARTIDA OU RECURSOS PRÓPRIOS: diferença entre o Valor de Investimento e o Valor da Operação;

e) VALOR DA PRESTAÇÃO MENSAL: valor correspondente a 10% (dez por cento) da renda familiar bruta do beneficiário ou R\$ 50,00 (cinquenta reais) mensais, o que for maior;

f) QUOTA: até 99% do valor do investimento. A quota é apurada observando-se a relação valor do financiamento e valor do investimento;

g) TAXA DE JUROS: 0,00% (zero por cento);

h) PRAZO DE CARENÇA: o previsto para execução das obras, limitado a no máximo 24 (vinte e quatro) meses;

i) PRAZO DE AMORTIZAÇÃO: fixo de 120 (cento e vinte) meses;

j) GARANTIA: Na contratação será adotada uma das seguintes garantias:

1) Hipoteca.

2) Garantia Solidária por 72 meses com 2(dois) até o máximo de 3(três) mutuários.

3) Alienação Fiduciária.

3.1 No caso de utilização da garantia Alienação Fiduciária o Agente Financeiro receberá 20% de comissão sobre o valor que remanescer da dívida após a execução, deduzidas as despesas referentes a execução e tributos, e repassará o saldo remanescente ao FDS.

4) Independente da garantia adotada, a falta de pagamento por parte do beneficiário ensejará a sua inserção nos cadastros restritivos.

k) COMPROMETIMENTO DE RENDA: 10% da renda familiar mensal bruta apurada ou R\$ 50,00 (cinquenta reais) mensais, o que for maior;

l) DESEMBOLSOS: de acordo com o cronograma físico financeiro estabelecido contratualmente com base no relatório técnico de acompanhamento de obras emitido pelo Agente Financeiro.

1) As liberações podem ser antecipadas, mediante comprovação da execução da etapa prevista no cronograma físico financeiro quando da liberação da parcela seguinte.

2) Caso a etapa anterior não tenha sido executada em sua totalidade no prazo previsto, visando não paralisar a obra, excepcionalmente e com justificativa do Agente Financeiro, o Agente Operador poderá autorizar a liberação de parte da parcela seguinte.

3) No caso de contratação no regime de empreitada global as parcelas referentes a construção não podem ser antecipadas.

m) SISTEMA E FORMA DE AMORTIZAÇÃO: SAC ou Tabela PRICE.

n) CRITÉRIO DE ATUALIZAÇÃO DO SALDO DEVEDOR: atualizado mensalmente pela remuneração básica dos depósitos em poupança com aniversário no dia 1º do mês, durante o prazo de amortização da operação, não havendo esta atualização durante o prazo de carência. Eventual saldo residual ao final do prazo de amortização será assumido pelo FDS.

o) CRITÉRIO DE ATUALIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO MENSAL: anualmente na data de aniversário do contrato, pela remuneração básica dos depósitos em poupança com aniversário no dia 1º do mês acumulada mensalmente.

p) MORTE E INVALIDEZ PERMANENTE: não será exigido pagamento do devedor, e, em caso de sinistro, a dívida remanescente será liquidada ou amortizada pelo FDS a título de subsídio, observando-se o percentual de renda pactuado.

q) DANOS FÍSICOS DO IMÓVEL: as ocorrências de danos físicos no imóvel serão assumidas pelo FDS, sem exigência de pagamento pelo devedor, limitado ao valor da operação atualizado, decorrentes de:

1) incêndio ou explosão;

2) inundação e alagamento causados por agentes externos;

3) desmoronamento parcial ou total de paredes, vigas ou outra parte estrutural, desde que causados por forças ou agentes externos, e

4) reposição de telhados, em caso de prejuízos causados por ventos fortes ou granizos.

r) IMPONTUALIDADE: a quantia a ser paga será atualizada monetariamente desde a data de vencimento até a data do efetivo pagamento com base no critério pro rata die, aplicando-se o índice utilizado para a atualização dos saldos dos depósitos em caderneta de poupança, desde a data do vencimento, inclusive, até a data do pagamento, exclusive. Sobre o valor da obrigação em atraso atualizada monetariamente, incidirão juros moratórios à razão de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso.



s) **RESTRICÇÃO CADASTRAL DOS BENEFICIÁRIOS:** podem ser efetuadas contratações com beneficiários que apresentem restrições cadastrais, excetuando-se o CADIN.

t) **ENCARGOS DURANTE A FASE DE PRODUÇÃO:** não são devidos encargos nesta fase.

u) **INCENTIVOS À ADIMPLÊNCIA:** ao beneficiário será dado desconto de 10% sobre o valor da prestação paga pontualmente. Será direcionado mensalmente a Entidade Organizadora, valor correspondente a 5% do total pago pelo grupo de beneficiários, quando a adimplência for de 100%, verificada até o último dia de cada mês.

v) Em caso de utilização diversa dos subsídios do programa, será exigida a devolução do valor concedido, acrescido de juros de 6,0% a.a. e atualização monetária, sem prejuízo das penalidades previstas em lei.

#### 12 SEGREGAÇÃO DOS RECURSOS DA UNIÃO

Os recursos da União destinados aos financiamentos e descontos concedidos aos beneficiários e à remuneração do Agente Financeiro, serão segregados pelo Agente Operador, em Conta Específica do FDS, denominada Conta Recursos do OGU, e serão remunerados pela Taxa Média do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC.

12.1 Para garantir o pagamento das despesas de recuperação de danos físicos nos imóveis, a cada financiamento com o beneficiário final será segregado em conta específica do FDS, remunerada à taxa SELIC, na data da contratação, o valor correspondente à aplicação do fator de 0,0001 sobre o valor da operação no prazo de 120 meses descontada à taxa de 8% a.a.

12.2 Caso os recursos segregados para assunção das despesas de recuperação de danos físicos não sejam suficientes, serão utilizados os recursos da Carteira Subsídios.

#### 13 REMUNERAÇÃO DOS AGENTES FINANCEIRO E OPERADOR

13.1 A taxa de administração do Agente Financeiro será paga à vista e em espécie, por operação de crédito realizada, no valor mensal de R\$ 21,43 (vinte e um reais e trêz centavos), apurada durante o prazo de carência e amortização, descontada a taxa de 10%.

13.2 No Programa, o Agente Operador do FDS receberá 0,67% a.a. sobre os recursos constantes da Conta Recursos do OGU, apropriada e repassada mensalmente.

#### 14 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

##### 14.1 PELO GESTOR DA APLICAÇÃO:

Objetivando o acompanhamento e avaliação do desempenho das operações, o Agente Operador disponibilizará ao Gestor da Aplicação do FDS o que segue:

a) Informações mensais sobre as operações contratadas, discriminando o nome do empreendimento, município, Unidade da Federação, endereço do empreendimento, nome da Entidade Organizadora e da empresa contratada quando houver; valor total da operação e número de unidades que compõem o empreendimento; data prevista para conclusão da obra e parceria do poder público local se for o caso.

b) Informações mensais sobre os empreendimentos concluídos, discriminando a Entidade Organizadora, empreendimento, município, Unidade da Federação, unidades construídas, valor total da operação e empregos gerados.

c) Outras informações solicitadas pelo Gestor da Aplicação dos recursos do FDS.

As informações mencionadas serão disponibilizadas ao público no sítio eletrônico da Caixa Econômica Federal, e para a Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades, por aplicativo a ser definido conjuntamente.

##### 14.2 PELOS BENEFICIÁRIOS

O acompanhamento e a avaliação físico/financeira da execução dos projetos serão exercidos pela Comissão de Obras - CAO e pela Comissão de Representantes - CRE, assim constituídas:

a) **COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DE OBRAS - CAO** - eleita em assembleia convocada pela EO, com registro em Ata, composta por mínimo três pessoas, sendo duas do grupo de beneficiários dos projetos e distintos dos membros da CRE, responsáveis pela execução do empreendimento juntamente com os beneficiários e a EO.

b) **COMISSÃO DE REPRESENTANTES - CRE** - eleita em assembleia convocada pela EO, com registro em Ata, composta por no mínimo três pessoas, sendo duas do grupo de beneficiários do projeto, responsáveis pela abertura e movimentação da conta bancária vinculada ao projeto.

##### 15 DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 O Agente Financeiro deverá providenciar a inclusão dos beneficiários das operações no Cadastro Nacional de Mutuários - CADMUT, bem como solicitar a inclusão no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico.

15.2 O Gestor da aplicação dos recursos do FDS regulará a modalidade de operação nos casos de repasse de recursos à Entidade Organizadora para execução de obras, sendo o financiamento com os beneficiários finais firmados quando do término da fase de construção.

15.3 O Gestor da aplicação dos recursos do FDS regulará a modalidade de operação nos casos de repasse de recursos à Entidade Organizadora, para aquisição de terreno e pagamento de Assistência Técnica para elaboração de projetos, vinculados ao processo de financiamento para a produção de unidades habitacionais.

15.4 Os projetos contratados no Programa serão comunicados ao Conselho Gestor do Fundo Estadual e/ou Local de Habitação de Interesse Social, caso existam.

16 Esta Resolução entrará em vigor após a publicação da sua regulamentação.

MARCIO FORTES DE ALMEIDA

## Ministério das Comunicações

### GABINETE DO MINISTRO

#### DESPACHOS DO MINISTRO

Em 12 de junho de 2008

Processo nº 53.000.00632/2007.

Adoto o PARECER CONJUR/MC/RPF/Nº 0884-1.02/2008. Encaminhe-se o presente processo ao Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica, da Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, para que aplique a Rádio FM Ilustrada Ltda, concessionária do serviço de radiodifusão sonora, em onda média, no Município de Umuarama, Estado do Paraná, a pena de advertência, nos termos do art. 62 do Código Brasileiro de Telecomunicações, com a redação do art. 3º do Decreto - lei Nº 263, de 28 de fevereiro de 1967.

Processo nº 53000.038011/2005.

Acolho o PARECER/MC/CONJUR/JGH/Nº 2518 - 1.02/2008. Conheço do recurso e ligo o provimento. Encaminhe-se o presente processo ao Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica, da Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica a fim de dar ciência à Fundação Padre Anchieta, permissionária do serviço de retransmissão de televisão, no município de São Manoel, Estado de São Paulo, da decisão proferida, no recurso impetrado perante o Ministro das Comunicações.

Processo nº 53740.001323/1997.

Adoto o PARECER CONJUR/MC Nº 1374.116/2005. Conheço da reconsideração e ligo o provimento. Encaminha-se o presente processo à Secretaria de Serviço de Comunicação Eletrônica, a fim de dar ciência a Rádio Esperança Prudentópolis Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão sonora, em onda média, na cidade de Prudentópolis, Estado do Paraná, da decisão proferida na reconsideração impetrada perante o Ministério das Comunicações.

Processo nº 53.770.001820/98.

Adoto o PARECER CONJUR/MC/EMT/Nº 2358 - 1.02/2006. Recebo o recurso, negando-lhe provimento. Mantenho a pena de multa aplicada pela Portaria Nº 600, de 12 de dezembro de 2001, publicada no DOU do dia 14 de dezembro de 2001, à RADIO ATIVA LTDA., executante do serviço de radiodifusão de sonora em onda média, no município de Teresópolis, Estado do Rio de Janeiro, nos termos do art. 62 Código Brasileiro de Telecomunicações, com a redação do art. 3º do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967. Publique-se. Notifique-se. Após, verificado o pagamento efetivo da multa, remetam-se os autos à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica para abertura de processo para regularização das alterações contratuais efetuadas, caso não haja nenhum feito tramitando neste Ministério que tenha como objeto as referidas alterações.

Processo nº 53800.000343/98.

Adoto o PARECER/AGU/CONJUR-MC/JGH/Nº 0737 - 3.38/2009. Conheço do recurso e ligo o provimento. Encaminhe-se o feito ao Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica, da Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, a fim de dar ciência a RADIO TV DO AMAZONAS LTDA., permissionária do serviço de retransmissão de televisão simultânea, em caráter secundário no município de Santa Bárbara, Estado de Rondônia, da decisão proferida no recurso impetrado perante o Ministro das Comunicações.

HÉLIO COSTA

### AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

#### CONSELHO DIRETOR

##### ATO Nº 1.348, DE 18 DE MARÇO DE 2009

Processo n. 53500.033121/2005. Aplica à empresa ERIVALDO P. DE SOUZA., CNPJ n. 84.509.835/0001-61, a sanção de caducidade da autorização para exploração do Serviço de Radiotaxi Especializado. A extinção não desonera a empresa de suas obrigações com terceiros, inclusive as firmadas com a Anatel.

RONALDO MOTA SARDENBERG

Presidente do Conselho

##### ATO Nº 3.077, DE 8 DE JUNHO DE 2009

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 22 da Lei no 9.472, de 16 de julho de 1997, e pelo art. 35 do Regulamento da Agência, aprovado pelo Decreto no 2.338, de 7 de outubro de 1997.

CONSIDERANDO que compete à Agência controlar, acompanhar e proceder à revisão de tarifas dos serviços prestados no regime público, podendo fixá-las, bem como homologar reajustes, em conformidade com o inciso VII, do art. 19, da Lei no 9.472, de 16 de julho de 1997;

CONSIDERANDO que, a cada intervalo não inferior a doze meses, por iniciativa da Anatel ou da Concessionária, as tarifas constantes dos Planos Básicos, envolvendo acessos do Serviço Móvel Pessoal, podem ser reajustadas, em consonância com o disposto no art. 42 do Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado;

CONSIDERANDO que o art. 25 do Regulamento de Tarifação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral - STFC, aprovado pela Resolução no 424, de 6 de dezembro de 2005, permite às prestadoras de STFC a cobrança de valores de comunicação VC-1 diferentes para chamadas envolvendo usuários do Serviço Móvel Pessoal - SMP de prestadoras distintas, em função dos VU-M por elas aplicados;

CONSIDERANDO que a BRASIL TELECOM S/A, inscrita no CNPJ sob o no 76.535.764/0330-76, concessionária dos Setores 29 e 30 do PGO, submeteu, formalmente, pedido de homologação de reajuste das tarifas do STFC na modalidade de serviço Local;

CONSIDERANDO o que dispõe o Processo no 53500.028117/2008;

CONSIDERANDO deliberação tomada em sua Reunião no 523, realizada em 28 de maio de 2009, resolve:

Art. 1º Revogar parcialmente o Ato no 4.290, de 21 de julho de 2008, especificamente quanto aos valores tarifários do Plano Básico do STFC, modalidade de Serviço Local, da Concessionária BRASIL TELECOM S/A - Setor 29 (Filial CRT), para chamadas destinadas aos acessos do Serviço Móvel Pessoal (VC-1) da prestadora TIM CELULAR S/A - Região II, substituindo-os pelos valores tarifários constantes no Anexo I deste Ato.

Art. 2º Homologar os valores tarifários do Plano Básico do STFC, modalidade de Serviço Local, da Concessionária BRASIL TELECOM S/A - Setores 29 (Filial CRT) e 30 (Filial CTMR), para chamadas destinadas aos acessos do Serviço Móvel Pessoal (VC-1) da prestadora TIM Celular S.A. - Região II - RS, constantes no Anexo I deste Ato.

Art. 3º Estabelecer que para futuros reajustes tarifários tomar-se-á o Índice de Serviços de Telecomunicações - IST - relativo ao mês de maio de 2008 como básico para o cálculo do reajuste.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO MOTA SARDENBERG  
Presidente do Conselho

#### ANEXO I

VALORES TARIFÁRIOS MÁXIMOS DOS PLANOS BÁSICOS DO STFC  
MODALIDADE DE SERVIÇO LOCAL  
(Valor do minuto em R\$, líquido de impostos e contribuições sociais)  
VALOR DE COMUNICAÇÃO 1 (VC-1)  
BRASIL TELECOM S.A.

Área de Concessão	Prestadora de destino	Tarifa Normal	Tarifa Reduzida
Setor 29	TIM Celular S.A. - Região II - RS	0,53612	0,37528
	TIM Celular S.A. - Região II - RS	0,53858	0,37700
Setor 30	TIM Celular S.A. - Região II - RS	0,54043	0,37830

### SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO

#### ATO Nº 3.171, DE 12 DE JUNHO DE 2009

Autorizar ANTONIO LUIZ SCARPARO CALVET, CPF Nº 138.014.608-94 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de Penha/SC, no período de 23/06/2009 a 26/06/2009.

EDILSON RIBEIRO DOS SANTOS  
Superintendente

#### ATO Nº 3.172, DE 12 DE JUNHO DE 2009

Autorizar TELEVISAO GUAIBA LTDA, CNPJ Nº 87.185.468/0001-86 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de Nova Petrópolis/RS, no período de 20/06/2009 a 03/08/2009.

EDILSON RIBEIRO DOS SANTOS  
Superintendente

#### ATO Nº 3.174, DE 12 DE JUNHO DE 2009

Alterar o período de vigência do Ato Nº 2.997, de 02 de junho de 2009, que autoriza a TV FILME BRASILIA SERVICOS DE TELECOMUNICACOES LTDA, CNPJ Nº 01.402.057/0001-80, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, passando a vigorar de 02/06/2009 a 16/07/2009.

EDILSON RIBEIRO DOS SANTOS  
Superintendente

### DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE

Em 8 de abril de 2009

Processo nº 5353600055104 - Aplica a Sociedade Padre Cicero de Satuba, executante do Serviço de Radiodifusão em Frequência Modulada na cidade de Satuba, Estado de Alagoas, a pena de MULTA no valor de R\$ 1.858,96 (mil oitocentos e cinquenta e oito reais e sessenta e nove centavos), em infringência ao art. 163 da LGT.

EDILSON RIBEIRO DOS SANTOS